

ACORDO JUDICIAL

Execução por quantia certa nº 5006408-87.2021.8.24.0018
Procedimento Administrativo nº 09.2017.00010599-1

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **GUSTAVO DAVID MAGNANTI – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.186.428/0001-97, com sede na rodovia BR 282, acesso ao Município de Nova Itaberaba, neste ato representada por sua advogada, conforme procuração juntada nos Autos nº 50098332520218240018, firmam **acordo para pôr fim à execução por quantia certa nº 5006408-87.2021.8.24.0018.**

CONSIDERANDO que o objeto da execução acima indicada é a multa pelo inadimplemento das obrigações assumidas em termo de ajustamento de condutas firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2017.00000898-0;

CONSIDERANDO que as partes envolvidas pactuaram o parcelamento do valor a ser pago e a consequente extinção da ação de execução por quantia certa, os compromissários RESOLVEM celebrar o seguinte acordo:

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 1ª – O compromissário obriga-se a acrescentar à área verde do Loteamento Moriá I os lotes 10 da Quadra 88 e 12 da Quadra 87 como área verde adicional, conforme croqui anexo;

Parágrafo único –A comprovação será apresentada ao Ministério Público por ocasião do registro do parcelamento do solo na serventia imobiliária;

Cláusula 2ª – O adimplemento da obrigação aqui assumida não exonera o compromissário do cumprimento das obrigações previstas no compromisso de ajustamento de condutas originalmente celebrado;

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas originalmente firmadas no compromisso de ajustamento de condutas firmado permanecem vigentes;

Cláusula 4ª - O prazo para comprovar a regularização do parcelamento do solo passa a ser o dia 1º de dezembro de 2023;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 5ª - Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, o compromissário ficará sujeito a multa diária de R\$ 200,00, ou multa de R\$ 10.000,00 por ocorrência, a critério do Ministério Público;

Parágrafo primeiro - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

Parágrafo segundo - O pagamento de eventual multa não exime o compromissário do cumprimento das obrigações contraídas no TAC originário;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 6ª - O Ministério Público apresentará esse TAC ao Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Chapecó, nos autos nº 5006408-87.2021.8.24.0018, requerendo a homologação e a suspensão da execução até o cumprimento deste acordo, que perderá a validade em caso de descumprimento;

Cláusula 7ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Cláusula 8ª - A homologação do acordo extingue os Embargos do Devedor nº 50098332520218240018.

Chapecó, 11 de maio de 2023

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Luciana Branco Hoppe
OAB/SC 37.978